

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC-CD)

Relatório Consolidado da Lei
de Acesso a Informação
16/5/2012 a 30/4/2014



Câmara dos
Deputados



Mesa da Câmara dos Deputados
54ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa
2011-2015

Presidente

Henrique Eduardo Alves

1º Vice-Presidente

Arlindo Chinaglia

2º Vice-Presidente

Fábio Faria

1º Secretário

Márcio Bittar

2º Secretário

Simão Sessim

3º Secretário

Maurício Quintella Lessa

4º Secretário

Biffi

Suplentes de Secretário

1º Suplente

Gonzaga Patriota

2º Suplente

Wolney Queiroz

3º Suplente

Vitor Penido

4º Suplente

Takayama

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC-CD)

**Relatório Consolidado da Lei
de Acesso a Informação
16/5/2012 a 30/4/2014**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor: Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora: Heloísa Helena S. C. Antunes

DIRETORIA-GERAL

Diretor-Geral: Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

COMITÊ ASSESSOR DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Diretoria-Geral: Cássia Regina Martins Botelho

Secretaria-Geral da Mesa: Cláudia Marisa de Aquino Alarcão

Diretoria Administrativa: Rosineide Costa Lopes

Diretoria de Recursos Humanos: Rogério Ventura Teixeira

Diretoria Legislativa: Kátia de Carvalho

Secretaria de Controle Interno: Clarissa Maria Campos de Saboya

Secretaria de Comunicação Social: Pedro Aquino Noletto Neto

Assessoria Técnica da Diretoria-Geral: Dayse Christine Pinheiro Montenegro

Centro de Documentação e Informação: Adolfo Costa Araújo Rocha Furtado

Centro de Informática: Rodolfo César Ranulfo Vaz

Departamento de Comissões: Silvio Avelino da Silva

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

Coordenação: Centro de Documentação e Informação

SIC-Central: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação – CEDI

SIC Setoriais: Secretaria de Comunicação Social e Departamento de Comissões

COMISSÃO ESPECIAL DE DOCUMENTOS SIGILOSOS

Secretário Executivo: Fernando Nunes de Miranda

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809; fax: (61) 3216-5810

editora@camara.leg.br

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Serviço de Informação ao Cidadão.

Serviço de Informação ao Cidadão-SIC-CD [recurso eletrônico] : relatório consolidado da Lei de Acesso a Informação : 16/05/2012 a 30/04/2014 / Câmara dos Deputados, Serviço de Informação ao Cidadão. -- Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 34 p.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Serviço de Informação ao Cidadão, relatório, 2012-2014. 2. Acesso à informação, estatística, Brasil. 3. Direito à informação, Brasil. 4. Informação pública, Brasil. I. Título. II. Série.

CDU 342.532(81)(047)



Câmara dos
Deputados

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC-CD)

**Relatório Consolidado da Lei
de Acesso a Informação
16/5/2012 a 30/4/2014**

Centro de Documentação
e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2014

Sumário

Apresentação.....	7
Estatísticas das solicitações de informação.....	8
Estatísticas sobre solicitantes de informação.....	15
Classificação e desclassificação de documentos.....	20
Apêndice metodológico.....	30

Apresentação

A Câmara dos Deputados entrega à sociedade brasileira seu segundo relatório consolidado sobre a aplicação, nesta Casa, da Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso a Informação (LAI), abrangendo dados sobre o período compreendido entre 16/5/2012 e 30/4/2014.

Os dados foram revisados a partir de janeiro de 2013 para agregar as informações provenientes do Departamento de Comissões e do Departamento de Taquigrafia, cujas estatísticas do atendimento relacionado à LAI estavam ausentes no primeiro relatório.

Observe-se que este relatório consolidado mantém a mesma estrutura da prestação de contas anterior. Na primeira seção, são apresentadas estatísticas relacionadas às solicitações de informação recebidas pelos diversos órgãos da Câmara dos Deputados que integram o Serviço de Informação ao Cidadão. Também estão disponíveis dados sobre os temas dessas solicitações, a distribuição dos prazos de atendimento das que foram finalizadas e as razões que levaram ao indeferimento das poucas que não puderam ser atendidas.

Nos dois anos de vigência da LAI, não há alterações significativas na distribuição temática das proposições recebidas nem no percentual de pedidos de acesso a informação que foram atendidos no mesmo dia, que superam 87% no primeiro ano e atingem 89% no segundo.

A segunda seção traz informações das solicitações finalizadas, de acordo com as características pessoais dos solicitantes. No que diz respeito a gênero, o percentual relativo ao sexo masculino sofreu ligeira elevação no segundo ano de vigência da LAI, enquanto a distribuição por faixa etária permaneceu estável, com a maior parte das demandas oriundas de pessoas com idade acima dos cinquenta anos.

Finalmente, a terceira seção traz o rol das informações reavaliadas em virtude do disposto no art. 39 da LAI. Releva informar que apenas três conjuntos documentais que haviam sido classificados como secretos antes da vigência da lei tiveram seu prazo de sigilo mantido. As demais informações foram desclassificadas. Seguindo sua postura de transparência, a Câmara dos Deputados também não classificou como sigilosas outras informações durante o segundo ano de vigência da LAI.

O apêndice metodológico foi atualizado e ampliado, para facilitar a compreensão dos conceitos utilizados nas tabelas e gráficos.

Estatísticas das solicitações de informação

Tabela 1**Solicitações recebidas, atendidas, indeferidas e em tramitação (mai/12 - abr/14)**

Mês/Ano	Solicitações recebidas	Solicitações finalizadas			Em tramitação
		Total	Indeferidas	Atendidas	
mai/12	1.863	1.863	9	1.854	0
jun/12	2.640	2.640	2	2.638	0
jul/12	2.456	2.456	2	2.454	0
ago/12	2.618	2.618	0	2.618	0
set/12	1.828	1.828	2	1.826	0
out/12	2.167	2.167	0	2.167	0
nov/12	2.694	2.694	0	2.694	0
dez/12	1.978	1.978	0	1.978	0
jan/13	1.938	1.906	1	1.905	32
fev/13	2.169	2.158	1	2.157	43
mar/13	2.859	2.797	0	2.797	105
abr/13	3.343	3.376	0	3.375	72
mai/13	2.935	2.955	1	2.951	52
jun/13	2.657	2.634	1	2.632	75
jul/13	2.663	2.680	4	2.677	58
ago/13	2.711	2.717	1	2.716	52
set/13	2.827	2.827	0	2.826	52
out/13	3.189	3.148	2	3.147	93
nov/13	2.831	2.844	1	2.843	80
dez/13	1.788	1.835	2	1.833	33
jan/14	1.659	1.621	0	1.621	71
fev/14	2.551	2.544	0	2.542	78
mar/14	2.591	2.551	3	2.548	118
abr/14	2.868	2.891	1	2.891	95
TOTAIS:					
mai/12 - abr/13	28.553	28.481	17	28.463	72
mai/13 - abr/14	31.270	31.247	16	31.227	95
2013	31.910	31.877	14	31.859	

Fontes: 0800, SECOM, DECOM, DETAQ e SIC-Central.

Notas:

(1) Ver no apêndice metodológico as definições de solicitações recebidas, finalizadas, atendidas, indeferidas e em tramitação.

(2) Dados revisados a partir de jan/13, quando foram incorporadas as informações dos departamentos de Comissões e de Taquigrafia.

Tabela 2

Solicitações recebidas mensalmente, por macrotema (mai/12 - abr/14)

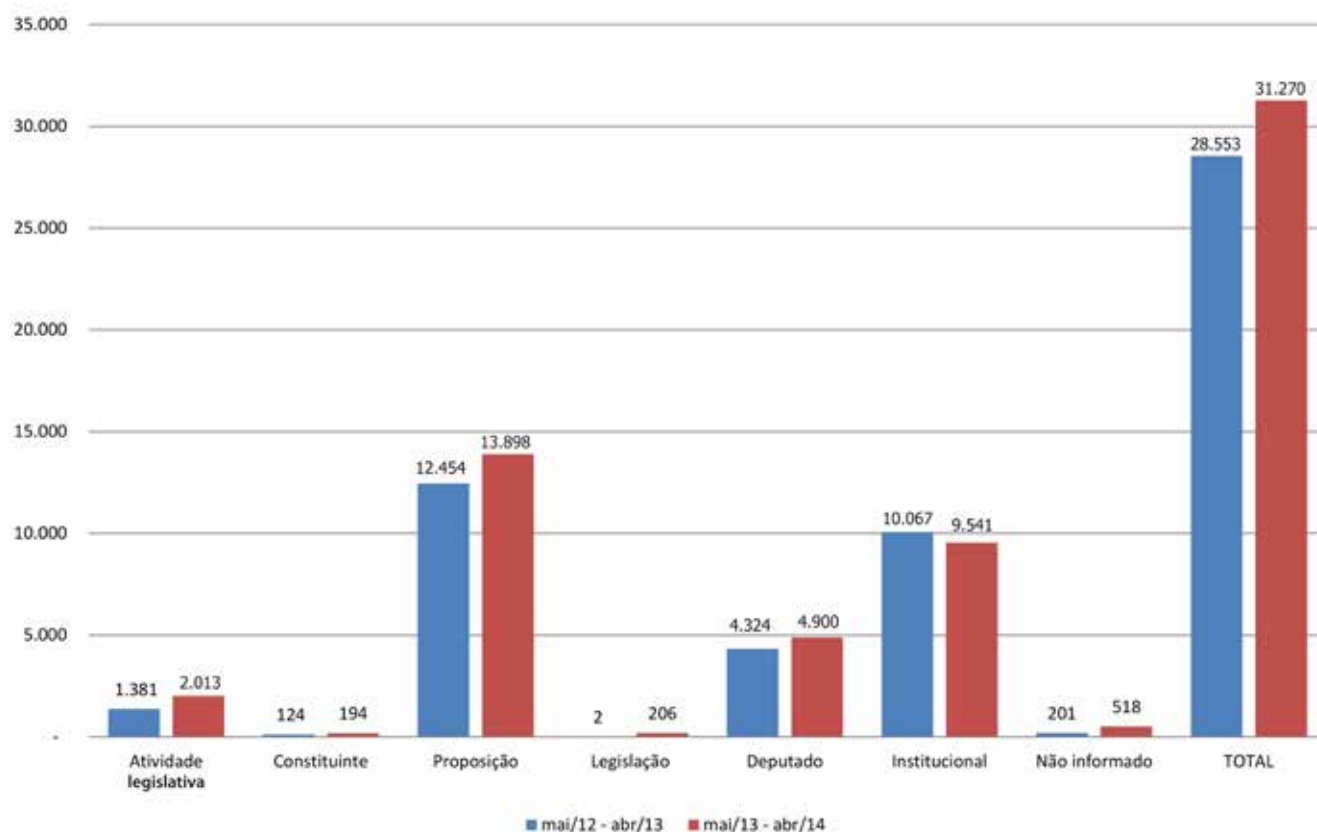
Período	MACROTEMAS							
	Atividade legislativa	Constituinte	Proposição	Legislação	Deputado	Institucional	Não informado	TOTAL
mai/12	62	11	938	-	261	591		1.863
jun/12	85	11	1.368	-	356	820		2.640
jul/12	63	5	1.137	-	335	916		2.456
ago/12	76	16	1.202	-	402	922		2.618
set/12	54	4	837	-	256	677		1.828
out/12	96	10	888	-	287	886		2.167
nov/12	90	10	1.406	-	318	870		2.694
dez/12	52	6	912	-	239	769		1.978
jan/13	136	15	609	-	324	786	68	1.938
fev/13	168	11	734	-	385	826	45	2.169
mar/13	265	8	1.012	-	594	935	45	2.859
abr/13	234	17	1.411	2	567	1.069	43	3.343
mai/13	308	20	1.145	4	397	981	80	2.935
jun/13	194	18	1.106	7	399	838	95	2.657
jul/13	115	22	1.199	11	429	820	67	2.663
ago/13	175	20	1.193	16	440	806	61	2.711
set/13	178	32	1.371	11	377	788	70	2.827
out/13	195	32	1.601	8	508	782	63	3.189
nov/13	149	12	1.490	7	363	751	59	2.831
dez/13	135	6	777	5	238	604	23	1.788
jan/14	109	1	507	37	264	741		1.659
fev/14	137	5	1.099	52	435	823		2.551
mar/14	167	13	1.130	20	517	744		2.591
abr/14	151	13	1.280	28	533	863		2.868
TOTAIS:								
mai/12 - abr/13	1.381	124	12.454	2	4.324	10.067	201	28.553
mai/13 - abr/14	2.013	194	13.898	206	4.900	9.541	518	31.270
2013	2.252	213	13.648	71	5.021	9.986	719	31.910

Fontes: 0800, SECOM, DECOM, DETAQ E SIC-Central.

Nota: Ver no apêndice metodológico as definições das informações compreendidas em cada macrotema.

Gráfico 1

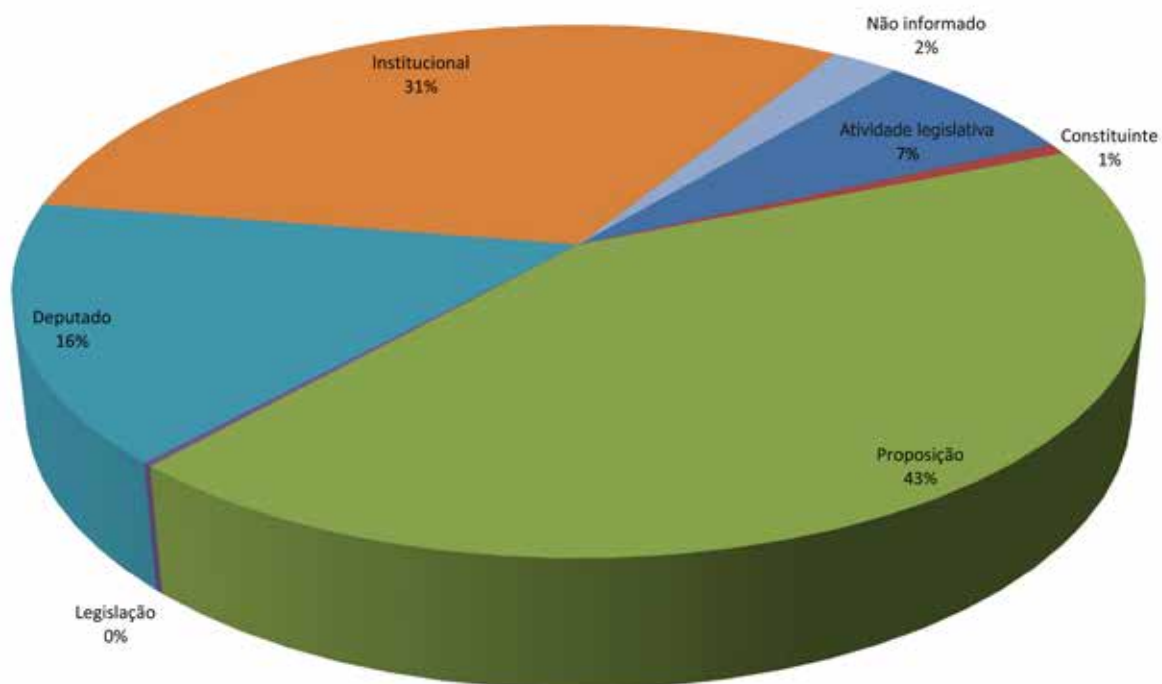
Solicitações recebidas, por macrotema (mai/12 - abr/14)



Fonte: SIC-CD.

Gráfico 2

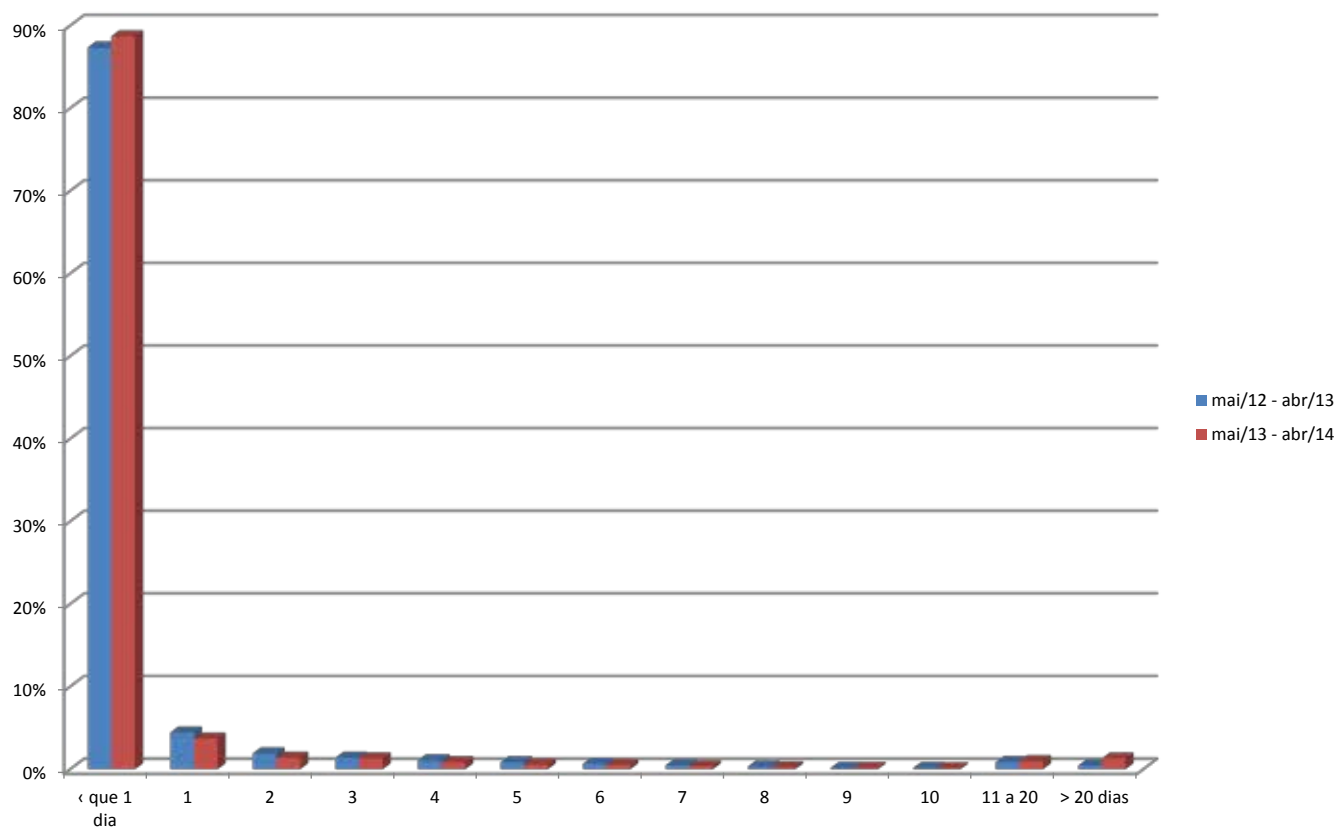
Distribuição percentual das solicitações recebidas, por macrotema (2013)



Fonte: SIC-CD.

Gráfico 3

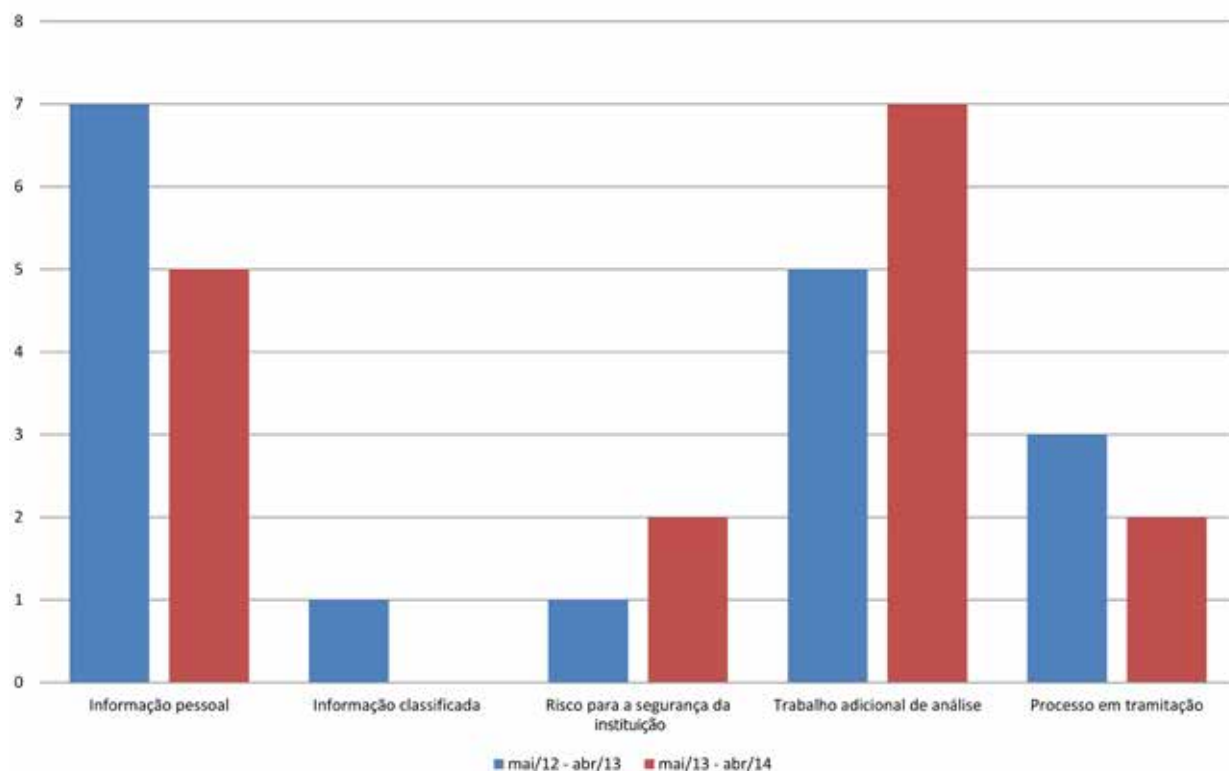
Solicitações finalizadas, por prazo de resposta (mai/12 - abr/14)



Fonte: SIC-CD.

Gráfico 4

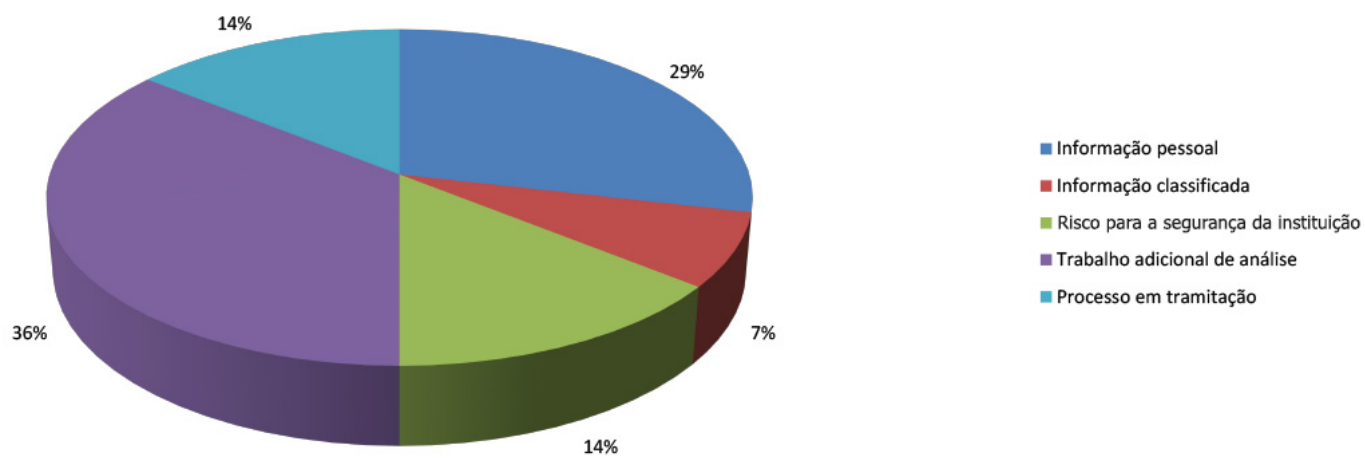
Solicitações indeferidas, por motivo de indeferimento (mai/12 - abr/14)



Fonte: SIC-Central.

Gráfico 5

Distribuição percentual das solicitações indeferidas, por motivo de indeferimento (2013)



Fonte: SIC-Central.

Tabela 3**Atendimentos presenciais no Balcão de Triagem do SIC-CD, por tipo de informação fornecida (mai/12 - abr/14)**

Mês	Institucional	Atividade legislativa	Encaminhamento para o SIC-Central	TOTAL
mai/12	1.015	97	9	1.121
jun/12	1.970	182	29	2.181
jul/12	1.534	60	20	1.614
ago/12	2.034	56	8	2.098
set/12	940	15	8	963
out/12	1.513	18	17	1.548
nov/12	2.982	77	17	3.076
dez/12	1.768	85	8	1.861
jan/13	1.218	2	2	1.222
fev/13	1.135	23	16	1.174
mar/13	1.863	84	14	1.961
abr/13	2.054	171	32	2.257
mai/13	2.038	90	25	2.153
jun/13	1.802	84	19	1.905
jul/13	1.565	52	13	1.630
ago/13	2.296	80	18	2.394
set/13	1.844	88	14	1.946
out/13	2.148	162	22	2.332
nov/13	2.050	136	15	2.201
dez/13	1.322	88	12	1.422
jan/14	384	0	45	429
fev/14	1.758	68	60	1.886
mar/14	1.783	109	23	1.915
abr/14	2.145	255	447	2.847
TOTAIS:				
mai/12 - abr/13	20.026	870	180	21.076
mai/13 - abr/14	21.135	1212	713	23.060
2013	21.335	1060	202	22.597

Fonte: SECOM-CD.

Notas:

(1) Ver item 7 do apêndice metodológico.

(2) O total de atendimentos registrados no Balcão de Triagem do SIC-CD não está computado na Tabela 1, por se tratar de serviço de triagem e encaminhamento.

Estatísticas sobre solicitantes de informação

Tabela 4

Solicitações finalizadas, por categoria de solicitante (mai/12 - abr/14)

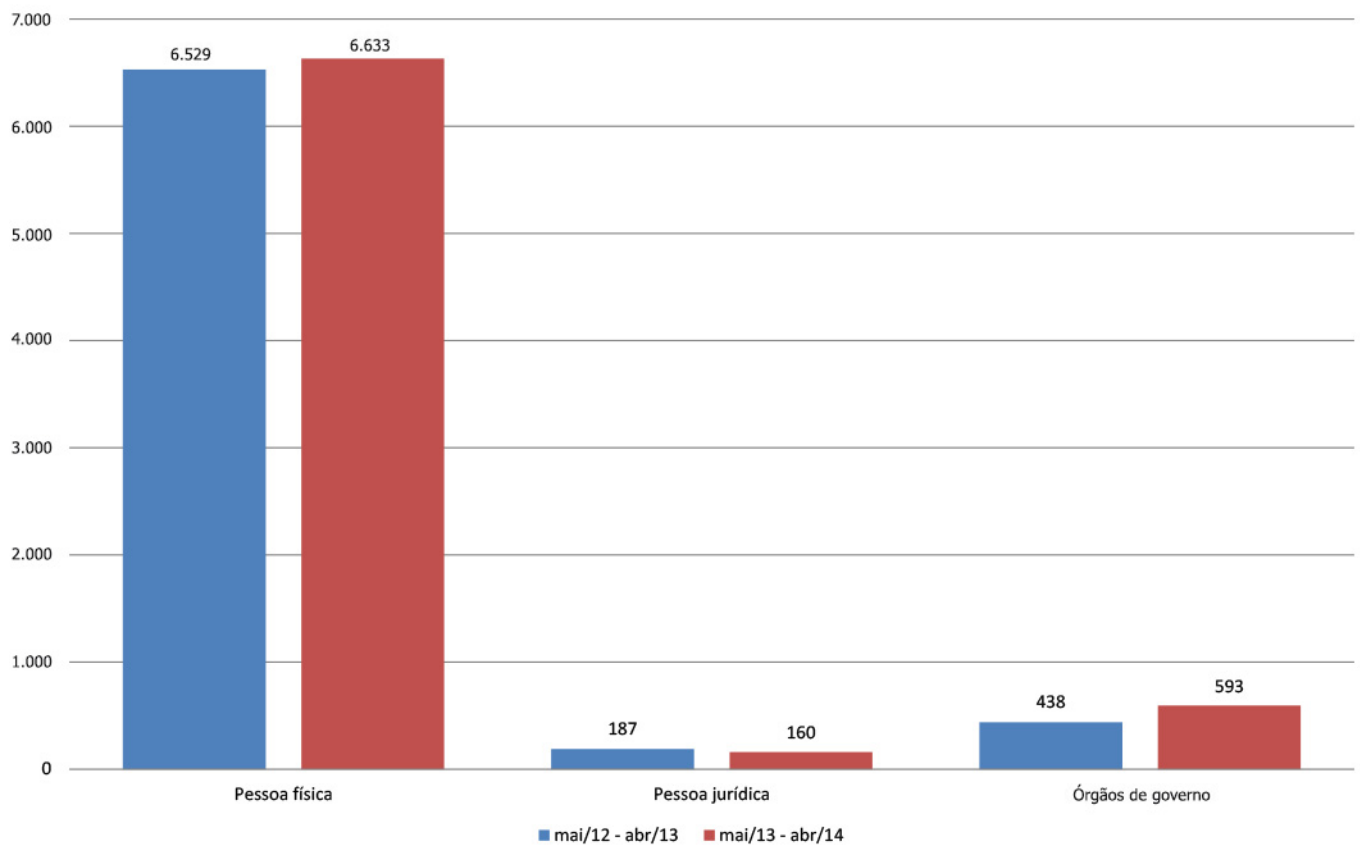
Categoria de solicitante	mai/12 - abr/13		mai/13 - abr/14		2013	
	Qte	%	Qte	%	Qte	%
Pessoa física	6.529	91,3%	6.633	89,8%	7.334	89,8%
Cidadão	6.110	85,4%	6.076	82,3%	6.844	83,8%
Jornalistas e outros profissionais de imprensa	210	2,9%	356	4,8%	280	3,4%
Pesquisadores (instituição de ensino e pesquisa)	209	2,9%	201	2,7%	210	2,6%
Pessoas jurídicas	187	2,6%	160	2,2%	213	2,6%
Iniciativa privada	133	1,9%	90	1,2%	125	1,5%
Sociedade civil organizada	54	0,8%	70	0,9%	88	1,1%
Órgãos de governo	438	6,1%	593	8,0%	616	7,5%
Poder Executivo	191	2,7%	161	2,2%	199	2,4%
Poder Judiciário / Ministério Público	95	1,3%	102	1,4%	121	1,5%
Poder Legislativo / Tribunais de Contas	0	0,0%	74	1,0%	38	0,5%
Outros	152	2,1%	256	3,5%	258	3,2%
TOTAL	7.154	100,0%	7.386	100,0%	8.163	100,0%

Fonte: SIC-Central.

Nota: Outros órgãos de governo referem-se a bibliotecas de órgãos públicos.

Gráfico 6

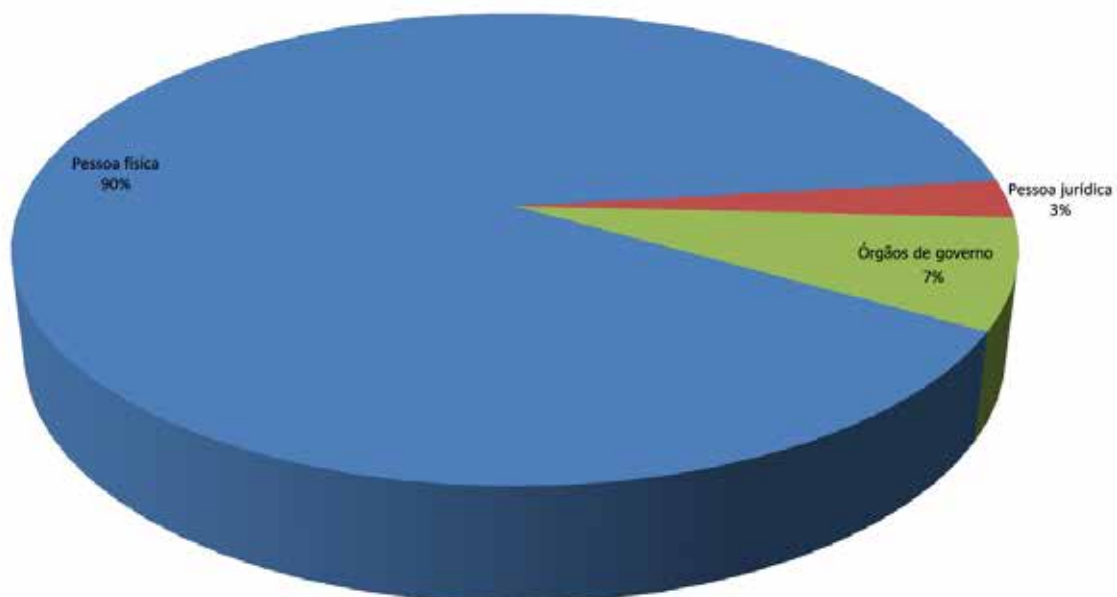
Solicitações finalizadas, por categoria de solicitante (mai/12 - abr/14)



Fonte: SIC-Central.

Gráfico 7

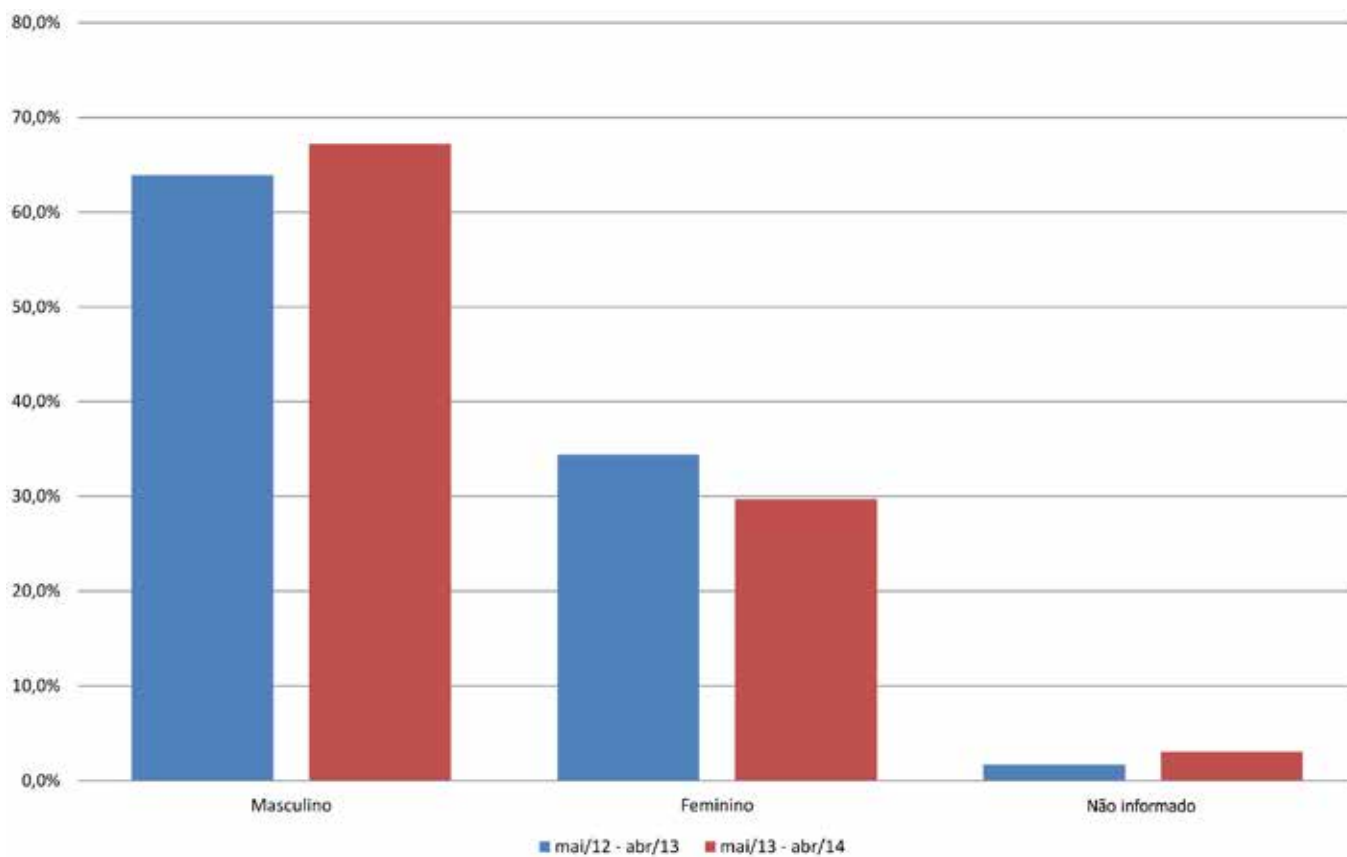
Distribuição percentual das solicitações finalizadas, por categoria de solicitante (2013)



Fonte: SIC-Central.

Gráfico 8

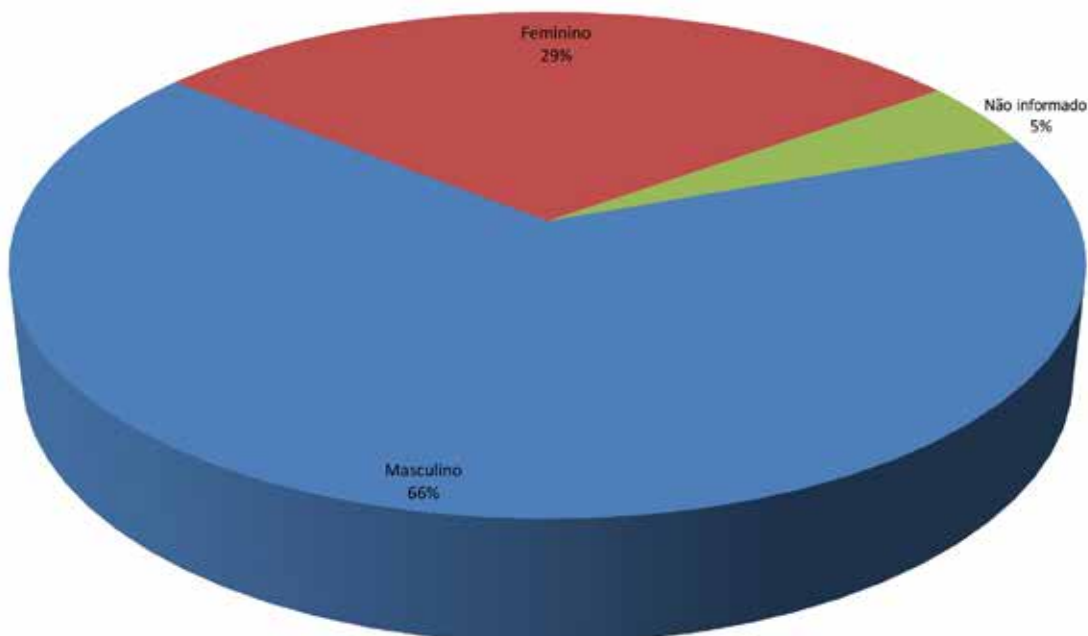
Distribuição percentual das solicitações finalizadas, por gênero do solicitante (mai/12 - abr/14)



Fonte: SIC-CD.

Gráfico 9

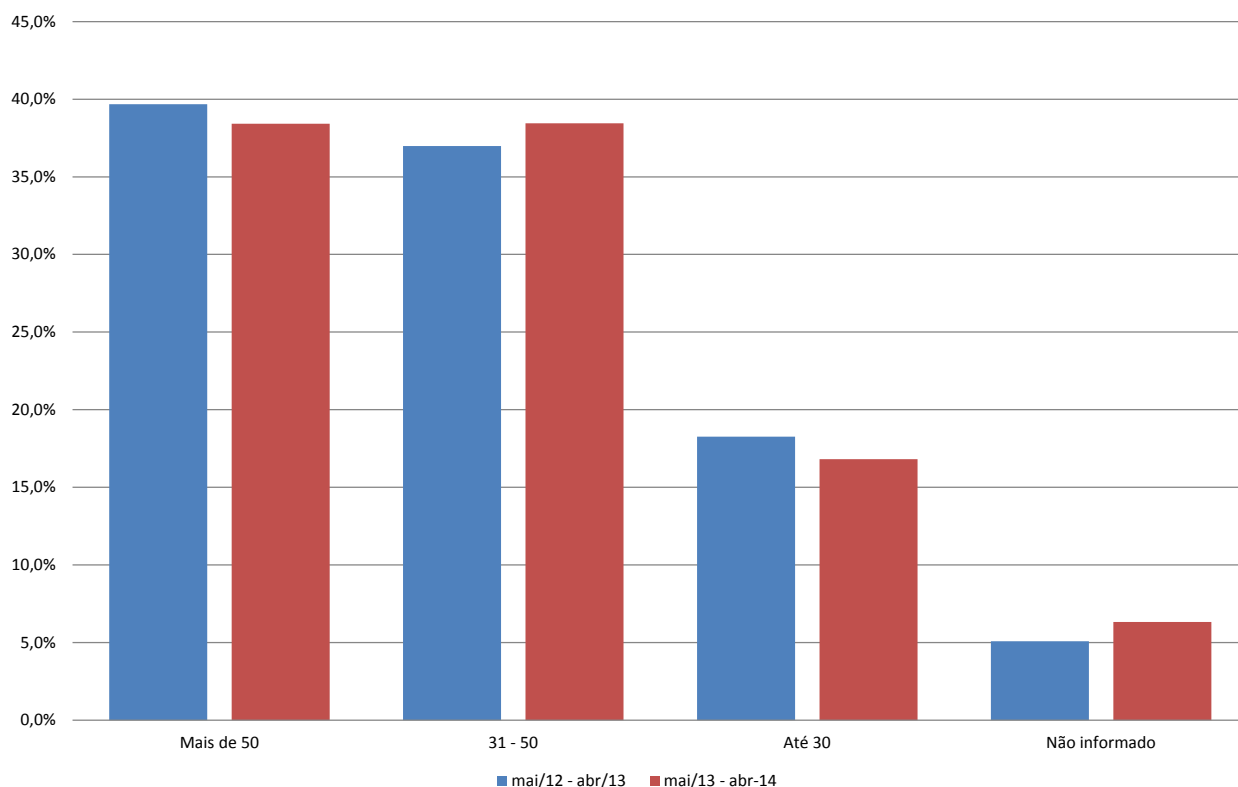
Distribuição percentual das solicitações finalizadas, por gênero do solicitante (2013)



Fonte: SIC-CD.

Gráfico 10

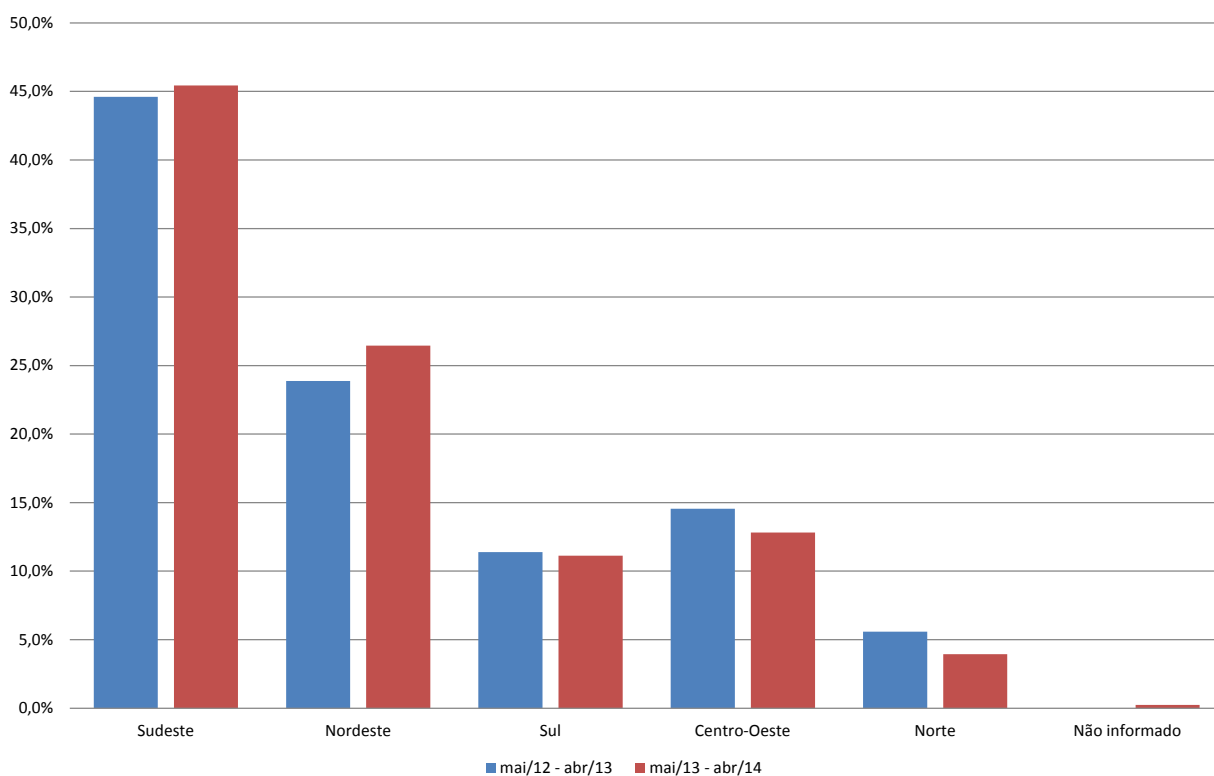
Distribuição percentual das solicitações finalizadas, por faixa etária do solicitante (mai/12 - abr/14)



Fonte: SIC-CD.

Gráfico 11

Distribuição percentual das solicitações finalizadas, por região geográfica do solicitante (mai/12 - abr/14)



Fonte: SIC-CD.

Classificação e desclassificação de documentos

Nota introdutória

A Lei de Acesso a Informação (LAI) criou para os órgãos públicos a incumbência de reavaliar todos os documentos sigilosos classificados, anteriormente à sua vigência, nos graus de secreto e ultrassecreto, estabelecendo, para tanto, um prazo de dois anos a contar da entrada em vigor da lei. Trata-se de uma regra de transição destinada a adequar o sigilo de tais informações aos princípios da nova lei, que estabelece a publicidade como regra e o sigilo como exceção.

Antes da vigência da LAI, os documentos sigilosos na Câmara dos Deputados encontravam regramento normativo na Resolução nº 29 de 1993. Essa resolução previa os seguintes graus de sigilo e respectivos prazos: reservado, durante o trâmite do documento ou, após ultimado, dois anos; confidencial, durante o trâmite do documento ou, após ultimado, cinco anos; e secreto, quinze anos. Não havia, no âmbito da Câmara dos Deputados, o grau de ultrassecreto.

Nessa seara, com o escopo de cumprir a determinação legal, a Câmara dos Deputados analisou todas as informações classificadas sob a vigência da resolução e manteve três conjuntos documentais como secretos, conforme o Quadro I.

Como corolário do princípio da publicidade, e com vistas a possibilitar o controle dos atos da administração pública no tocante às informações sigilosas, a Lei de Acesso a Informação também determina que os órgãos e entidades públicas, anualmente, publiquem rol de informações classificadas e desclassificadas.

A Câmara dos Deputados, no segundo ano de vigência da Lei nº 12.527/2011, não classificou informações como sigilosas. Por outro lado, declarou a desclassificação de diversos documentos produzidos e custodiados no exercício de suas atribuições constitucionais, possibilitando a qualquer interessado acesso integral a seu conteúdo. O rol das informações desclassificadas no período consta do Quadro II.

Quadro I

Reavaliação das informações classificadas como secretas anteriormente à vigência da LAI

Documentos com grau de classificação mantido

Grau	Documento	Ano de produção	Origem	Descrição
Secreto	Cópias de ofícios, termos de qualificação de testemunha e de assentada para oitiva; degravação de depoimento; ata de sessão secreta; termos de responsabilidade pela não divulgação de informação sigilosa; e termo de reunião.	2005	CPI – Tráfico de Armas	Termos de qualificação de testemunhas que prestaram depoimento à CPI; termos de depoimentos e degravações de oitivas; ofícios remetidos pela CPI a juízes de varas de execução penal.
Secreto	Ata de reunião	2003	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	Ata de reunião secreta da comissão realizada em 12/6/2003, sobre denúncias acerca do envolvimento de empresários e políticos brasileiros pelos crimes de lavagem de dinheiro, evasão fiscal e improbidade administrativa.
Secreto	Ata de reunião	2003	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	Ata de reunião secreta da comissão realizada em 18/6/2003, sobre denúncias acerca do envolvimento de empresários e políticos brasileiros pelos crimes de lavagem de dinheiro, evasão fiscal e improbidade administrativa.

Autoridades classificadoras: Comissão Especial de Documentos Sigilosos e Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Quadro II

Rol das informações desclassificadas no segundo ano de vigência da LAI

Grau	Documento	Ano de produção	Origem	Descrição
Reservado	Ata de reunião reservada	1983	CPI – Dívida Externa	Ata da reunião reservada realizada em 30/8/1983 para esclarecimentos do depoente: embaixador José Osvaldo de Meira Penna.
Reservado	Ata de reunião reservada	1984	CPI – Dívida Externa	Ata de reunião reservada realizada em 7/9/1984, das 9h às 12h30, para estudo da minuta do relatório final e conclusões da CPI.
Secreto	Ata de reunião secreta	1984	CPI – Dívida Externa	Documentos oriundos da reunião secreta do dia 15/9/1983, relacionados ao depoimento do Sr. Raimundo Saraiva Martins.
Secreto	Ata de reunião secreta	1984	CPI – Dívida Externa	Documentos oriundos da reunião secreta do dia 26/10/1983, relacionados ao depoimento do Sr. General Sylvio Frotta.
Reservado	Termo de depoimento	1983	CPI – Dívida Externa	Termo de depoimento do embaixador José Osvaldo de Meira Penna, colhido em 30/8/1983.
Secreto	Termo de depoimento	1983	CPI – Dívida Externa	Termo de depoimento do coronel da reserva do Exército Raimundo Saraiva Martins, colhido em 15/9/1983.
Confidencial	Ofício	1983	Ministério da Fazenda	Documentos enviados pelo Ministério da Fazenda em resposta aos Ofícios nºs 19/83 e 64/83 da CPI – Dívida Externa: Avisos nºs 46, 47, 49, 50 e 51, encaminhando as seguintes informações confidenciais do Banco Central, requeridos pela comissão, a saber: cópias de documentos referentes a negociações com o Clube de Paris e com o Banco de Compensações Internacionais e com países do Leste Europeu.
Confidencial	Ofício	1983	Ministério da Fazenda	Documentos enviados pelo ministro da Fazenda à CPI – Dívida Externa contendo informações sobre o valor da dívida total, agregada ano a ano, a partir de 1960.
Reservado	Termo de depoimento	1983	CPI – Dívida Externa	Termo de depoimento do general do Exército Sylvio Castro Coelho da Frota, colhido em 26/10/1983.

Grau	Documento	Ano de produção	Origem	Descrição
Confidencial	Aviso	1983	Banco Central	Documentos enviados pelo Banco Central, através do Aviso nº 55 do Ministério da Fazenda, de caráter confidencial, sobre acordos e ajustes, em nível governamental e interbancário, firmados com aqueles países do Leste Europeu com os quais o Brasil mantém convênios bilaterais de comércio e/ou pagamentos, quais sejam, Bulgária, Hungria, Polônia, República Democrática Alemã e Romênia.
Confidencial	Aviso	1983	Ministério da Fazenda	Documentos enviados pelo Sr. Ministro da Fazenda, através do Aviso nº 60/83 (R), confidencial, sobre conceito de reservas internacionais.
Confidencial	Aviso	1983	Ministério da Fazenda	Aviso nº 46/83 do ministro da Fazenda Ernane Galvêas, em resposta aos Ofícios nºs 19/83 e 64, de 21/9/1983, da CPI – Dívida Externa, solicitando informações sobre negociações com o Banco de Compensações Internacionais e com países do Leste Europeu. Encaminha ofício do Banco Central, que forneceu documentos sobre o assunto.
Confidencial	Aviso	1983	Ministério da Fazenda	Aviso nº 47/83 do ministro da Fazenda Ernane Galvêas, referindo-se ao Ofício nº 50/83 da CPI – Dívida Externa, encaminhando ofício do Banco Central com as informações solicitadas.
Confidencial	Aviso	1983	Ministério da Fazenda	Aviso nº 50/83 do ministro da Fazenda Ernane Galvêas, encaminhando ofício do Banco Central em resposta ao Ofício nº 14/83 da CPI – Dívida Externa.
Confidencial	Aviso	1983	Ministério da Fazenda	Aviso nº 51/83 do ministro da Fazenda Ernane Galvêas, encaminhando informações em resposta ao Ofício nº 63/83 da CPI – Dívida Externa sobre operações de crédito conduzidas através do Banco do Brasil.

Grau	Documento	Ano de produção	Origem	Descrição
Reservado	Aviso	1983	Ministério da Fazenda	Cópia do Aviso Reservado nº 30 (R) encaminhado pelo ministro da Fazenda Ernane Galvêas ao Sr. Affonso Celso Pastore, referente a operações realizadas pelo Banco Central com base no Aviso GB nº 588 (sobre créditos de empresas estatais para refinanciamento de compromissos vencidos no exterior). Documento encaminhado à CPI – Dívida Externa.
Reservado	Aviso	1983	Ministério da Fazenda	Cópia do Aviso Reservado nº 35 (R) encaminhado pelo ministro da Fazenda Ernane Galvêas ao Sr. Affonso Celso Pastore, referindo-se ao Aviso nº 30/83 (R) daquele ministério sobre os débitos não honrados até 30/6/1984. Documento encaminhado à CPI – Dívida Externa.
Reservado	Aviso	1983	Ministério da Fazenda	Cópias dos Avisos nºs 30 e 35 do Ministério da Fazenda, em resposta ao Ofício nº 63/83 PR da CPI – Dívida Externa.
Confidencial	Aviso	1983	Ministério da Fazenda	Aviso nº 55 (R) do ministro da Fazenda Ernane Galvêas, encaminhando Ofício PRESI nº 157/83, do Banco Central, em atendimento ao Ofício nº 50/83 PR da CPI – Dívida Externa sobre negócios realizados pelo Brasil com a Polônia e demais países do Leste Europeu.
Confidencial	Aviso	1983	Ministério da Fazenda	Cópia do Aviso Confidencial nº 50 encaminhado pelo ministro da Fazenda Ernane Galvêas ao Sr. Deputado Alencar Furtado em resposta ao Ofício nº 86/83 PR, de 5/10/1983, da CPI – Dívida Externa.
Confidencial	Aviso	1983	Ministério da Fazenda	Aviso Confidencial nº 60 encaminhado pelo ministro da Fazenda Ernane Galvêas ao Sr. Deputado Alencar Furtado referente a ofícios através dos quais a CPI – Dívida Externa solicitou informações sobre a Carta de Intenção e o Memorando Técnico ao FMI.

Grau	Documento	Ano de produção	Origem	Descrição
Confidencial	Aviso	1983	Ministério da Fazenda	Aviso Confidencial nº 61 (R) encaminhado pelo ministro da Fazenda Ernane Galvêas ao Sr. Deputado Alencar Furtado, em resposta a ofícios da CPI – Dívida Externa, encaminhando o Ofício PRESI nº 1.664/83 do Banco Central do Brasil, que fornece relação de pessoas que subscreveram contratos de financiamentos externos.
Confidencial	Aviso	1983	Ministério da Fazenda	Aviso Confidencial nº 35 (R) encaminhado pelo ministro da Fazenda Ernane Galvêas ao presidente da CPI – Dívida Externa, encaminhando o Ofício PRESI de 6/8/1984, que forneceu os dados do Banco Central.
Reservado	Relatório	1967	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	Relatório de juiz corregedor do estado de Goiás, entregue à CPI – Venda de Terras a Estrangeiros, sobre as sindicâncias a respeito de vendas de terras a estrangeiros no norte do estado. Descreve as transações realizadas envolvendo norte-americanos e aponta irregularidades no Cartório do Primeiro Ofício de Ponte Alta do Norte.
Secreto	Ofício	1967	Ministério da Aeronáutica	Resposta do Ministério da Aeronáutica ao Ofício nº 4/67, de 3/10/1967, lido em ata da 4ª reunião, realizada em 4/10/1967, em que o presidente da CPI – Venda de Terras a Estrangeiros solicita “os dados que possua esse ministério a respeito de venda de terras brasileiras a pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras (...), em especial, dados sobre aviões estrangeiros que estejam operando na Região Amazônica”.
Secreto	Relatório	1967	Ministério da Marinha	Relatório do Ministério da Marinha, encaminhado à CPI – Venda de Terras a Estrangeiros, sobre atividades de imigrantes japoneses na aquisição de terras e na importação de mão de obra. Aborda também as atividades de americanos em transações de compra e venda de terras no estado de Goiás.

Grau	Documento	Ano de produção	Origem	Descrição
Confidencial	Aviso	1967	Conselho de Segurança Nacional (CSN)	Aviso nº 16 – 2B/68, produzido pelo Conselho de Segurança, encaminhado à CPI – Venda de Terras a Estrangeiros, informando quais os resultados obtidos a partir do Ofício nº 7/67 produzido pela CPI em 3/10/1967 e encaminhado ao secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), que encaminhou à CPI – Venda de Terras a Estrangeiros.
Confidencial	Relatório	1967	Departamento de Polícia Federal	Relatório do Departamento de Polícia Federal, remetido à CPI – Venda de Terras a Estrangeiros, informando que “constatou a existência de vasta rede de companhias constituídas por elementos nacionais e estrangeiros, cujo <i>métier</i> era e continua sendo a venda de terras brasileiras, principalmente para elementos de nacionalidade norte-americana”, indicando que “ao que parece, além de outros intuítos escusos, a pesquisa e a exploração de minerais é a verdadeira finalidade dos adquirentes das terras”.
Confidencial	Informação Confidencial	1967	Ministério do Exército	Informação Confidencial nº 632, de 25/9/1967, da D-2/Gab. Min. Ex., remetido à CPI – Venda de Terras a Estrangeiros, que informa ter constado o “inusitado interesse pela compra de terras no Brasil por parte de americanos do norte”, lista as possíveis causas desse interesse, identifica a área geográfica de incidência da venda de terras, aponta a existência de transações realizadas de maneira irregular e de contrabando de minérios desconhecidos, além de alertar sobre implicações à segurança nacional.

Grau	Documento	Ano de produção	Origem	Descrição
Confidencial	Informação Confidencial	1967	Estado-Maior do Exército	Informação Confidencial nº 1.674 OS/67, de 9/10/1967, do EME, remetido à CPI – Venda de Terras a Estrangeiros, com cópia do levantamento sobre terras adquiridas por estrangeiros na área do estado de Goiás, feito pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, em julho de 1967. Descreve transações realizadas e aponta irregularidades. Contém tabela com áreas de terra e seus respectivos compradores.
Confidencial	Ofício	1967	Governo do Estado do Amazonas	Ofício nº GE-45/68, de 8/1/1968, enviado à CPI – Venda de Terras a Estrangeiros pelo governador do estado do Amazonas com relação discriminativa das pessoas que receberam títulos definitivos no período de 1957 a 1967, através do Departamento de Alienação de Terras no Estado do Amazonas. Trata-se de uma compilação de informações encaminhadas pelos tabeliães amazonenses a partir de solicitação do governador do estado.
Reservado	Ata de reunião	2004	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	Ata de reunião reservada da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realizada em 27/5/2014.
Reservado	Ata de reunião	2003	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	CD ROM e fita cassete de áudio contendo gravação de parte da reunião reservada realizada em 3m 3/4/2003, às 11h43.
Reservado	Cópia de ata e notas taquigráficas da 11ª reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, realizada em 30 de maio de 2001.	2001	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle	REQ nº 22/2001, de autoria do deputado Wellington Dias, que “Requer a realização de audiência pública e que seja convidado o Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carazzai, para falar sobre os planos de ação da empresa no período de 2001 a 2003”.

Grau	Documento	Ano de produção	Origem	Descrição
Reservado	Cópia de ata e notas taquigráficas da 40ª reunião de audiência pública reservada, realizada em 6 de dezembro de 2001, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, realizada em 30 de maio de 2001.	2001	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle	PFC nº 56/2001, de autoria do deputado Geraldo Magela, com a presença da promotora de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Alessandra Elias de Queiroga, que "Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle fiscalize a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap)".

Autoridades classificadoras: Comissão Especial de Documentos Sigilosos, Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Apêndice metodológico

Apêndice Metodológico

O relatório apresenta tabelas e gráficos com informações extraídas dos sistemas de gestão de demandas dos órgãos integrantes do Serviço de Informação da Câmara dos Deputados (SIC-CD).

1. Serviço de Informação ao Cidadão (SIC-CD)

O Serviço de Informação ao Cidadão da Câmara dos Deputados (SIC-CD) foi criado pelo Ato da Mesa nº 78, de 31 de janeiro de 2013, em face do art. 9º da Lei nº 12.527, de 2011, e do art. 6º, inciso I, do Ato da Mesa nº 45, de 2012. É constituído por um Serviço Central de Informação ao Cidadão (SIC-Central), sob a responsabilidade do Centro de Documentação e Informação (Cedi), e três setoriais (SIC-Setorial), a cargo da Secretaria de Comunicação Social (Secom), do Departamento de Comissões (Decom) e do Departamento de Taquigrafia (Detaq), tendo em vista que esses órgãos já eram responsáveis pelo atendimento da maior parte das demandas hoje identificadas como de escopo da Lei de Acesso a Informação.

A Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação (Corpi) é responsável pelo SIC-Central no Cedi.

O SIC-Setorial Secom é composto pela Central de Comunicação Interativa (Serviço 0800), pela Secom Institucional (canal da Secom destinado ao atendimento de demandas não relacionadas aos veículos), por veículos (agência, TV e rádio) e pelo Balcão de Triagem do Anexo II, que realiza a triagem e o encaminhamento de solicitações de acesso a informação ao SIC-Central.

O SIC-Setorial Decom integra todas as comissões permanentes e temporárias.

O SIC-Setorial Detaq atende solicitações relacionadas a pronunciamentos elaborados pelos parlamentares.

O processo de atendimento das solicitações de informação está em conformidade com o Ato da Mesa nº 58, de 8 de janeiro de 2013, que estabelece diretrizes para a gestão do relacionamento da Câmara dos Deputados com a sociedade. O atendimento das demandas está sistematizado em linhas e níveis. Linhas de atendimento são entendidas como os órgãos responsáveis pela recepção, triagem e atendimento das demandas, segundo o uso ou não dos canais institucionais de interação direta com a sociedade. Os níveis de atendimento dizem respeito à complexidade das demandas e à possibilidade de pronto atendimento, necessidade de pesquisa complementar ou de análise e decisão da alta administração da Casa.

2. Solicitação de acesso a informação

Considera-se solicitação de acesso a informação todo e qualquer pedido sobre informações produzidas ou acumuladas pela Câmara dos Deputados na consecução de sua missão institucional, independentemente de ser citada a LAI.

Não são consideradas informações relacionadas à LAI aquelas sobre localização espacial, telefones e endereços (físicos e eletrônicos) de órgãos da Casa e gabinetes de parlamentares. Tais informações são prestadas pelo Balcão de Triagem do SIC-CD, no Anexo II.

As informações prestadas de forma presencial por esse balcão quanto à agenda de comissões e do Plenário, apesar de serem consideradas relacionadas à LAI, não são incluídas nas estatísticas, dada a impossibilidade de registro de dados cadastrais mínimos dos solicitantes.

3. Abrangência das estatísticas

O conjunto de tabelas e gráficos que compõe este relatório se restringe ao período de 16 de maio de 2012 a 30 de abril de 2014, correspondente aos dois anos da vigência da LAI.

Até janeiro de 2013, foram consideradas apenas informações do SIC-Central e da Secom. Posteriormente, as informações incluem também dados de todos os SICs setoriais.

4. Solicitações de acesso a informação – Conceitos

Solicitações recebidas: soma de solicitações de acesso a informação recebidas no mês de referência pelo SIC-CD em todos os canais de atendimento (eletrônico, telefônico e presencial), à exceção dos atendimentos realizados no balcão de triagem (ver Tabela 3).

Solicitações finalizadas: soma das solicitações atendidas e indeferidas no mês de referência.

Solicitações atendidas: soma de solicitações para as quais foi concedido acesso total ou parcial às informações solicitadas no mês de referência.

Solicitações indeferidas: soma de solicitações no mês de referência às quais se negou integralmente o acesso às informações requeridas.

Solicitações em tramitação: soma acumulada da diferença entre as solicitações recebidas e finalizadas em cada mês de referência.

5. Macrotemas

Atividade legislativa: informações relativas a audiências públicas; funcionamento e atuação de blocos parlamentares, frentes parlamentares e bancadas; atas, relatórios, reuniões, sessões e funcionamento de comissões, Mesa Diretora e Plenário; Regimento Interno.

Constituinte: informações sobre assembleias constituintes; elaboração das constituições; anais da Assembleia Nacional Constituinte.

Proposição: informações sobre matérias sujeitas à deliberação na Câmara dos Deputados (informações que compõem os registros de tramitação de uma proposição).

Legislação: legislação interna (resoluções, atos da Mesa, portarias e ordens de serviço da Câmara dos Deputados).

Deputado: informações de deputados, individualizadas ou agregadas, sobre o desempenho de suas atividades no exercício do mandato; pronunciamentos e discursos; votação; presença em

Plenário e comissões; autoria e relatoria de proposições; histórico de movimentação parlamentar; viagens em missão oficial; eleição; despesas médico-hospitalares; cota para o exercício da atividade parlamentar; reembolso de missão oficial etc.

Institucional: informações sobre gastos, em geral, realizados pela Câmara; licitações, editais, contratos e auditoria; competências, estrutura organizacional, gestão estratégica, segurança e patrimônio; funcionamento da Câmara; quadro de pessoal, estrutura remuneratória, horário de trabalho, direitos e deveres trabalhistas; concursos e aposentadorias etc.

6. Motivos de indeferimento

Informação pessoal: solicitações de acesso a informações relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem, em conformidade com o estabelecido no art. 27 do Ato da Mesa nº 45/2012.

Informação classificada: solicitações de acesso a informações constantes de documentos produzidos pela Casa ou recebidos de órgãos externos, e classificados como sigilosos, conforme o art. 21 do Ato da Mesa nº 45/2012.

Risco para a segurança da instituição: solicitações de acesso a dados ou informações que, se revelados, podem comprometer a segurança da Casa e dos parlamentares, servidores e seus dependentes, nos termos do art. 18, incisos VII e VIII, do Ato da Mesa nº 45/2012.

Trabalho adicional de análise: solicitações de acesso a informações que exigem esforço adicional de consolidação e tratamento estatístico de informações primárias, conforme o § 4º do art. 7º do Ato da Mesa nº 45/2012.

Processos em tramitação: solicitações de acesso a informação constante de processo cujo ato decisório ainda não foi editado, conforme o art. 4º, § 3º, do Ato da Mesa nº 45/2013.

7. Atendimentos presenciais no Balcão de Triagem do SIC-CD

A criação de um balcão de triagem no *hall* de acesso do Anexo II foi uma necessidade identificada durante o mapeamento do fluxo de atendimento às solicitações de acesso a informação. A entrada do Anexo II é a que recebe o maior número de cidadãos em busca de informações, diariamente, na Câmara dos Deputados. A inexistência de um balcão para a realização de triagem e encaminhamento das solicitações comprometia o correto direcionamento de pessoas.

Tipos de informação fornecida

Institucional: localização espacial e de pessoas, endereços e telefones das unidades administrativas da Câmara dos Deputados e horários de atendimento ao público.

Atividade legislativa: agenda do Plenário e das comissões.

Encaminhamento para o SIC-Central (Cedi): encaminhamento de pessoas ao Balcão de Atendimento do SIC-Central para protocolização de solicitação de acesso a informação.

8. Informação sigilosa

Autoridade classificadora: autoridade encarregada, em sua área de competência, de classificar ou desclassificar informação. No caso da Câmara dos Deputados, as autoridades classificadoras estão previstas nos arts. 23 e 31 do Ato da Mesa nº 45/2012.

Classificação: ato de apor grau e prazo de sigilo a informação, de acordo com os critérios estabelecidos pelo art. 23 da LAI.

Desclassificação: ato que torna ostensivo um documento classificado como sigiloso, pelo decurso do prazo de sigilo, pela insubsistência dos motivos que ensejaram a classificação, ou por motivo de conveniência e oportunidade da autoridade classificadora.

Reavaliação: determinação legal de reanálise dos motivos e circunstâncias que ensejaram, antes da vigência da Lei nº 12.527, de 2011, a classificação de um documento como secreto ou ultrassecreto (e, conseqüentemente, o respectivo prazo), tendo em vista as novas disposições que regem a matéria.

